



**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO
Cáceres-MT, 22 e 23 de Março de 2016.**

01 | Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezesseis, no Auditório
02 | “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont, s/n, Bairro
03 | DNER, em Cáceres-MT, inicia-se a 1ª Sessão Ordinária de dois mil e dezesseis
04 | do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade do Estado de
05 | Mato Grosso – UNEMAT; sob a presidência da professora Dra. Ana Maria Di
06 | Renzo (Reitora da UNEMAT/Presidente do Conselho), a qual foi secretariada por
07 | mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-se presentes os conselheiros: Ana Maria Di
08 | Renzo, Luiz Fernando Caldeira Ribeiro, Juvenal Silva Neto, Carlinho Viana de
09 | Sousa, José Wilson Pires Carvalho, Fernando Selleri Silva, Elias Antônio
10 | Morgan, Luiz Carlos Chieregatto, Heloisa Salles Gentil, Lóriége Pessoa
11 | Bitencourt, Jesus Vieira de Oliveira, Maria do Socorro de Souza Araújo, Marcelo
12 | Leandro Holzschuh, Ralf Hermes Siebiger, Hilton Giovani Neves, Jairo Luis
13 | Fleck Falcão, Elei Chavier, José Leonildo Lima, Vandoir Holtz, Helena Soares
14 | Ramos Cabette, Edson Júnior Heitor de Paula, Samuel Laudelino Silva,
15 | Fernanda Mosseline Josende Coan, Hélio Vieira Júnior, Vandersézar Casturino,
16 | Isaias Munis Batista, Ocimar Edson de Oliveira, Everton Almeida Barbosa,
17 | Clades Zimmermann, Ana Aparecida Moraes de Oliveira, Andressa Rodrigues
18 | Santos Carciolari, Joniel Santana da Silva, Jorge Silveira Dias, Eder Correia
19 | Salomão, Reginaldo Lopes Alencar, Roberto Tikao Tsukamoto Junior, Tamires
20 | Garcia Oliveira, e, Keila Mara da Costa. A presidente após os cumprimentos
21 | passa ao expediente da sessão com os informes. Informa quanto a troca do pró-
22 | reitor de finanças, apresentando o Professor Weilly Toro Machado que assumiu
23 | a nova função. Passa a palavra ao pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da
24 | Informação, professor Francisco Lledo o qual profere suas considerações quanto
25 | ao Planejamento Estratégico Participativo que está acontecendo na
26 | universidade. O professor Alexandre Porto representando a pró-reitoria de
27 | Extensão e Cultura esclarece sobre bolsas de extensão com ênfase em
28 | pesquisa da FAPEMAT, informa também que foi decidido pela não realização
29 | das olimpíadas e pela realização da Jornada Científica em agosto, com previsão



01 de inscrições em julho. Informa ainda que no lugar das olimpíadas será proposto
02 aos câmpus a liberação de bolsa esporte para que seja fomentado a questão
03 dos esportes, e que seja realizada posteriormente as competições regionais e,
04 consecutivamente, a olimpíada. O pró-reitor de Assuntos Estudantis, Anderson
05 Marques do Amaral reforça a existência do seguro acadêmico, lembrando que
06 todos os acadêmicos da universidade têm direito a esse benefício. Em relação
07 aos auxílios alimentação e moradia, informa que está sendo realizado o
08 processo de seleção dos acadêmicos, com a disponibilização de oitocentas e
09 quarenta bolsas auxílios que, embora pareça um valor pequeno, representa
10 muito aos acadêmicos, principalmente porque não há casa do estudante e
11 restaurante universitário. Complementa ainda que está sendo reestruturado o
12 Programa de Assistência Estudantil da universidade com a inclusão dos
13 acadêmicos da pós-graduação. Relata que veio para o conselho visando discutir
14 os novos valores da ajuda de custo para participação em eventos. E quanto ao
15 PNAES, quando a universidade passou a fazer parte com recursos de 2013,
16 foram aplicados na aquisição de ônibus e locação de veículos. Os recursos de
17 2014 serão aplicados na aquisição de mais quatro ônibus, aquisição de
18 bibliografias e ainda locação de veículos. O pró-reitor de Pesquisa e Pós-
19 Graduação informa sobre a organização de workshop, jornada científica, bolsa
20 de iniciação científica da FAPEMAT e CNPQ. Destaca a criação da Câmara de
21 Pós-Graduação para a reestruturação, atendendo às mudanças organizacionais
22 que a universidade teve, visando à organização da propositura de novos cursos.
23 Quanto ao financiamento da pós-graduação, é incerto se será recebido os
24 mesmos vinte e cinco por cento do ano passado. Que a FAPEMAT irá contribuir
25 com uma contrapartida a cada recurso que for destinado pela CAPES. Que
26 alguns editais de fomento à pesquisa estão abertos e disponíveis na página da
27 universidade. O pró-reitor de Gestão Financeira, Weilly Toro Machado, agradece
28 à reitora pelo convite para assumir a pasta e reforça as limitações frente às
29 dificuldades financeiras deste ano. Porém, as políticas de ensino, pesquisa e
30 extensão deliberadas por este conselho serão consideradas dentro do
31 planejamento financeiro e todas as ações essenciais serão atendidas. Que no
32 primeiro semestre será vivenciado um impacto financeiro negativo e pede a



01 todos para gerir esta universidade da melhor maneira possível. A pró-reitora de
02 Ensino de Graduação, Vera Maquêa, informa aos conselheiros sobre a proposta
03 de um sistema de avaliação do ensino superior do estado construído pela
04 UNEMAT e SECITECI e que está em fase de validação. Quanto ao encontro de
05 gestores este será realizado no segundo semestre, sendo que está sendo
06 levantado junto aos câmpus as temáticas de discussão, e o foco deste próximo
07 encontro está voltado para a redução das retenções dos acadêmicos e, ainda as
08 considerações das sugestões do encontro passado. Quanto à formação
09 pedagógica docente está sendo encaminhado um trabalho junto à UNESP, que
10 em breve será apresentado ao conselho. Que houve uma pequena alteração no
11 edital de vestibular, onde foi incluído a exigência da inserção de uma foto no ato
12 da inscrição, e ainda foi feito um estudo quanto aos questionários e estes foram
13 reformulados ficando mais simples para o preenchimento. A respeito dos cortes
14 dos programas como PIBID, PARFOR e UAB a universidade está se
15 organizando para continuar atendendo a demanda dentro das novas condições
16 financeiras. Que estará participando neste conselho três professores da
17 universidade cedidos para a SEDUC que atuam nas políticas educacionais da
18 educação básica do estado para apresentar quais as mudanças que estão
19 ocorrendo, qual o rumo da educação básica no estado de Mato Grosso. Tece
20 suas considerações quanto aos resultados das comissões que estão
21 trabalhando sobre evasão e cursos de baixa procura e afirma que tem ajudado
22 muito para um repensar de ações de gestão. Acrescenta ainda que a pró-reitoria
23 aguardará a aprovação de novas formas de ingresso na universidade aprovadas
24 por este conselho e, que a mesma não mais abrirá edital como ocorrido com
25 ingresso por meio de histórico, dentre outros. O pró-reitor de Administração
26 Valter Danzer informa que hoje uma das preocupações consiste na gestão
27 patrimonial da universidade e dos projetos de pesquisa, e pede a colaboração de
28 todos os professores coordenadores de projetos para que contribuam com este
29 registro patrimonial. Que está sendo trabalhado para a realização do concurso
30 público para técnicos, com o levantamento de demandas e possivelmente a
31 realização do concurso ainda neste ano. Quanto à capacitação de técnicos e
32 acompanhamento do desenvolvimento das atividades, buscam-se políticas de



01 | qualificação, uma forma de acompanhamento e monitoramento das atividades
02 | desenvolvidas. Informa quanto à organização do encontro dos profissionais
03 | técnicos da universidade, levando em conta a importância das atividades e do
04 | trabalho administrativo desenvolvido na instituição. O vice-reitor Ariel informa
05 | aos presentes o empenho na execução das obras com recursos externos do
06 | FINEP e FNDE já liberados com contrapartida da universidade e recurso da
07 | FAPEMAT. Que a construção na frente do auditório corresponde ao bloco de
08 | história. Lembra quanto ao cenário nacional e informa que a gestão da
09 | universidade não tem ficado parada, tem buscado parcerias e ajuda junto aos
10 | representantes para a realização de obras necessárias. A presidente do
11 | conselho esclarece que as obras licitadas e em andamento com recursos do
12 | FINEP, envolvem câmpus onde já existe a pós-graduação instalada, e ainda que
13 | desde o ano passado está parado, que o momento é muito difícil e que será
14 | preciso buscar alternativas para não se perder o que já está liberado e em
15 | andamento. Pede licença para homenagear o professor Maldonado, que faleceu
16 | em fevereiro do corrente ano. Que teve a honra de trabalhar com ele desde 1988
17 | quando este pensou a expansão desta universidade, garantindo acesso ao
18 | ensino superior ao estado de Mato Grosso. Procede a leitura do discurso do
19 | professor Maldonado quando da visita do governador no prédio da Cavalhada,
20 | onde muitas vezes era lançada a pedra fundamental com prazo para a
21 | realização da obra e quando chegava o término do prazo ainda estava lá apenas
22 | a pedra. Passa a palavra aos representantes do NIT, professores Feliciano e
23 | Jaqueline para apresentação sobre o núcleo. O Professor Feliciano esclarece o
24 | que é o NIT e seus eixos de atuação, apresenta sobre o Projeto Parque
25 | Tecnológico e a atuação do NIT neste processo, bem como a importância deste
26 | parque para a interface entre estudos e o governo. A professora Jaqueline
27 | agradece a oportunidade e lembra que o NIT está aberto para todas as áreas e
28 | os profissionais estão abertos ao recebimento de ideias e propostas. A
29 | presidente reforça o papel relevante do NIT para a regulamentação legal dos
30 | resultados de muitas pesquisas desenvolvidas pela universidade. Reforça aos
31 | conselheiros para que repassem os informes aos câmpus para que seja
32 | reconhecido o trabalho do NIT e que este possa estar visitando os câmpus e



01 passando informações relevantes à universidade. A presidente profere a
02 solenidade de posse aos conselheiros: Ana Cássia Silva, representante docente
03 do câmpus de Nova Mutum; Karina Nonato Mocheuti, representante docente do
04 câmpus de Diamantino; Howenda Nibetab Baganha, representante dos
05 Profissionais Técnicos do Ensino Superior dos câmpus de Colíder, Diamantino,
06 Juara, Luciara e Nova Mutum. Com mandato de 22 de março de 2016 a 21 de
07 março de 2017. Registram-se as ausências justificadas dos conselheiros Emivan
08 Ferreira da Silva, Steffano Scarabottolo, Célise Alexandre Silva e Ana Aparecida
09 Bandini Rossi. E as ausências injustificadas dos conselheiros Alexandre Pereira
10 do Amaral e João Pedro Albuquerque. Ato contínuo, passa-se à apreciação das
11 atas da 3ª Sessão Ordinária de 2015 e da 1ª Sessão Extraordinária de 2015,
12 ficando as respectivas atas homologadas pelos senhores conselheiros.
13 Procedido o expediente da sessão e a solenidade de posse dos novos
14 conselheiros, a presidente passa à leitura da pauta inicial para a definição da
15 ordem do dia. 1. HOMOLOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES *AD REFERENDUM* DO
16 CONEPE. 2. RESULTADO DAS COMISSÕES INSTITUÍDAS PELO CONEPE. 3.
17 CÂMARA SETORIAL DE EXTENSÃO E CULTURA – CONEPE. 4. CÂMARA
18 SETORIAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – CONEPE. 5. CÂMARA
19 SETORIAL DE ENSINO – CONEPE. Após a leitura dos pontos de pauta
20 encaminhados aos conselheiros passa-se a inclusão, retirada, e inversão de
21 pautas. Para inclusão de pauta a pró-reitora de Ensino de Graduação solicita ao
22 conselho a composição de comissão para elaboração de proposta de resolução
23 que trate da convalidação de diploma de graduação, justificando que cada vez
24 mais a universidade recebe pedidos de convalidação de graduação, que
25 inicialmente correspondia a um grande volume de medicina e hoje se expande
26 em outras áreas de conhecimento, que não se tem nenhuma normatização
27 interna para este assunto, e que com a comissão seria possível um estudo e
28 construção de resolução que normatiza este procedimento. Em regime de
29 votação: fica aprovada a inclusão com 38 votos favoráveis. Passa-se a retirada
30 de ponto de pauta. A mesa em conjunto com o presidente do SINTESMAT
31 propõe a retirada do item 4.4 e que esta seja enviada a PRAD para estudo e
32 discussão junto com os técnicos e posteriormente a Câmara de Pesquisa do



01 CONEPE. Em regime de votação: aprovada com 38 votos favoráveis. Não
02 havendo inversão de pauta, a presidente consulta os conselheiros quanto à
03 possibilidade de estender a sessão no período noturno em decorrência do
04 feriado próximo, da semana santa, com encerramento da sessão no dia 23 ao
05 meio dia. Em regime de votação: aprovado o horário das 8h às 12h, 14h às 17h
06 e 19h às 21h neste dia, com 33 votos favoráveis, 02 votos contrários, 02
07 abstenções. Registram-se as abstenções a seguir. Conselheiro Jesus:
08 “Abstenho-me por não ter condições de participar da reunião no período noturno
09 em razão de outros compromissos na própria Unemat”. Conselheiro Joniel: “Para
10 mim não faz diferença prolongar ou não o horário da Sessão”. A presidente
11 coloca em regime de discussão a primeira pauta do dia. **1. HOMOLOGAÇÃO**
12 **DAS RESOLUÇÕES AD REFERENDUM DO CONEPE. 1.1 Resolução nº**
13 **007/2015-CONEPE - Altera a Resolução nº 111/2015-CONEPE que aprova o**
14 **Calendário Acadêmico referente ao ano letivo 2016, semestres 2016/1 e**
15 **2016/2, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.** A presidente
16 pede a professora Vera Maquêa esclarecer qual foi a alteração no calendário,
17 que foi esclarecido pela técnica Valci. Em regime de votação: fica homologada a
18 Resolução em tela com 37 votos favoráveis. Item **1.2 Resolução nº 008/2015-**
19 **CONEPE - Altera a Resolução nº 073/2015-CONEPE, que dispõe sobre a**
20 **constituição da Câmara Setorial de Extensão e Cultura do Conselho de**
21 **Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE.** Em regime de discussão. A
22 presidente esclarece a alteração em decorrência do término do mandato do
23 discente. Em regime de votação: homologada a Resolução *ad referendum*
24 008/2015 – CONEPE, com 38 votos favoráveis. A presidente coloca em
25 destaque o Item **2. RESULTADO DAS COMISSÕES INSTITUÍDAS PELO**
26 **CONEPE. E especial o subitem 2.1 Combate à evasão e reprovação no**
27 **ensino de graduação.** A presidente esclarece quanto à preocupação neste
28 sentido, que a PROEG após estudos levantou um total de duzentos e vinte
29 disciplinas com alto índice de reprovação na universidade. A relatora Loriege
30 profere as considerações sobre a matéria. Apresenta desde a constituição e
31 expansão da comissão e os trabalhos por ela desenvolvida, bem como as
32 dificuldades enfrentadas frente a demanda do trabalho a ser levantado, discutido



01 e elaborado. Que realizaram definições de pontos a serem tratados e utilizados
02 durante os trabalhos para posterior estudo coletivo. Para este primeiro momento
03 apresenta os resultados alcançados no câmpus de Cáceres, apresentando por
04 índices a reprovação durante o período estudado do câmpus e de cada curso. A
05 presidente agradece os esclarecimentos e resultados apresentados pela
06 presidente da comissão e lembra que a causa da reprovação não é apenas as
07 dificuldades do acadêmico é também em decorrência da dinâmica do professor,
08 e, isto é preciso se rever. Que o sistema acadêmico precisa pensar quanto a
09 estes alunos que se matriculam e não frequentam a disciplina. Que a
10 superlotação de sala é fácil de se resolver, mas é preciso ter consciência quanto
11 as causas de reprovação e se for em relação a falta de base dos alunos é
12 preciso que se dê a base a este aluno. Que a bolsa FOCCO é para ajudar os
13 alunos e esta precisa desenvolver este papel, e que não é justo um aluno levar
14 dez anos para se formar. A professora Loriége pede destituição da comissão e
15 sugere se dentre os membros exista alguém que tenha interesse em assumir a
16 presidência. A presidente do conselho solicita que todos os membros da
17 comissão que se encerra nesta sessão tenham interesse em continuar
18 compondo a nova comissão, para posterior inserção de novos membros. A
19 professora Vera Maquêa afirma que reconhece o importante papel da comissão
20 e afirma que a falta de flexibilidade no currículo garantida pelo sistema de crédito
21 ainda compromete alguns pontos na instituição. Que os cursos precisam saber o
22 plano de trabalho dos alunos e que este seja acompanhado. Ainda esclarece
23 que desconhece que exista alguma turma com mais de cento e vinte alunos,
24 afirmando que a PROEG desconhece pois tem autorizado todas as divisões de
25 turmas, e inclusive tem tido o cuidado de ligar para os câmpus para se confirmar
26 a necessidade por falta de espaço de laboratório. Pensa que o problema está na
27 prática docente, no desenvolvimento dos conteúdos, na avaliação e
28 acompanhamento do acadêmico. Que o sistema de crédito ajudaria muito mais
29 os alunos se fosse compreendido e aplicado, e ainda é preciso pensar o
30 problema não apenas em um lugar, pensa que é um conjunto que interfere
31 nessa situação. Em regime de discussão. A conselheira Loriége informa que no
32 curso de matemática pela planilha do SAGU seis disciplinas estão com mais de



01 setenta alunos matriculados e a disciplina de tecnologia da informação com
02 cento e vinte e dois alunos. Que a comissão trouxe os números do sistema e
03 seria preciso ir buscar mais informações junto aos cursos e docentes. Com a
04 palavra o conselheiro Luiz Fernando, que parabeniza o trabalho da PROEG e da
05 comissão, reforçando que é preciso se ter uma comissão temporária com
06 levantamentos quantitativos e qualitativos, e, que cada curso precisa se discutir
07 isso, “é dar função ao NDE”. Que dentro da universidade existem
08 particularidades, que a mesma disciplina nos diversos câmpus precisam ser
09 discutidas com os respectivos docentes para a busca de solução. Que nenhuma
10 disciplina dos cursos de Alta Floresta tem mais que quarenta e oito alunos,
11 apenas uma com mais de cento e vinte alunos por falta de sala de aula. Que os
12 coordenadores de cursos nos dois primeiros dias de aula realizaram estudo em
13 relação a cada aluno e houve casos de cancelamento de matrícula e nova
14 matrícula em determinadas disciplinas para se evitar superlotação e prejuízos
15 aos acadêmicos. O vice reitor reforça o constante na Normatização Acadêmica
16 quanto a solicitação de divisão de turma. Com a palavra o conselheiro José
17 Wilson trata das disciplinas de química e química analítica do curso de
18 engenharia de produção que tem alto índice de reprovação e sob seu ponto de
19 vista as causas correspondem a um conjunto de fatores que é preciso se chegar
20 a um consenso para a solução, por exemplo falta de livros didáticos,
21 laboratórios, dificuldades dos alunos, dentre outros. Que a questão da
22 flexibilização e quebra de pré-requisitos é de suma relevância porém está
23 faltando informações aos acadêmicos. O conselheiro Ocimar informa que foi
24 realizado um levantamento junto ao curso de administração de Tangará da Serra
25 com alunos reprovados e em sua maioria as causas não foram por conta de
26 professores, e que em relação ao sistema de créditos é preciso se pensar no
27 congelamento do horário para que o aluno possa se organizar até o final do
28 curso, e, que no primeiro semestre o aluno já é obrigado a matricular na caixinha
29 do primeiro módulo. Que está faltando informações aos alunos, pois o aluno que
30 não quer cursar vai e se matricular em todas as disciplinas, que é preciso de
31 alguns dias para ajustes de matrícula, para solucionar alguns problemas. Com a
32 palavra a acadêmica Natalia que reforça a fala quanto a ouvir todos os lados, e



01 | que em relação ao curso de agronomia não é apenas a falta de laboratório e sim
02 | de campo experimental por exemplo. Ainda outros pontos como falta de água,
03 | claridade nas salas de aulas, dentre outras. A presidente manifesta que tem o
04 | maior prazer em receber os alunos no gabinete para ouvir e resolver problemas,
05 | mas é preciso saber as competências de um reitor e de diretor de câmpus. E
06 | quanto a falta de água fica preocupada por estar faltando água no câmpus, que
07 | as vezes se culpa o reitor sem que este não tenha conhecimento sobre o que
08 | está acontecendo. O conselheiro Samuel cumprimenta a acadêmica que acabou
09 | de se manifestar e acrescenta que a universidade não existe sem acadêmico.
10 | Pensa que o ponto principal desta pauta refere-se a estimular os acadêmicos,
11 | que este estímulo não deva ocorrer apenas pelo docente, mas pela presença de
12 | espaços destinados as aulas. Que é necessário se pensar sobre evasão,
13 | reprovação, mas é preciso saber números e saber o porquê ocorre superlotação.
14 | E que o aluno deve ser autônomo e recorrer aos seus interesses, que se poderia
15 | ter turmas especiais, cursos de verão, turmas de alunos com mais de duas
16 | reprovações e de fato fazer um trabalho diferenciado, não dá para equalizar
17 | todos os alunos. A conselheira Maria do Socorro reforça duas situações: em
18 | primeiro foram apresentados dados e que ainda não foram interpretados, pois
19 | estes por si só não se explicam, que os cursos de licenciaturas são diferentes de
20 | outros cursos em termos de formação, do corpo docente e discente. Reforça que
21 | todos os cursos têm laboratórios. E que nem sempre que o aluno reprova a
22 | culpa é do professor, que a reprovação por falta não inclui necessariamente a
23 | atuação do professor. Que existe diferença entre os professores das humanas e
24 | das tecnológicas pois estes últimos não passaram por uma formação didática.
25 | Com a palavra o conselheiro Luiz Fernando cumprimenta a manifestação da
26 | acadêmica, aproveita para informar que após ser adotado o coeficiente tem
27 | alunos que mesmo sabendo que está reprovado vai e faz todas as provas
28 | possíveis para aumentar o seu. E que os professores precisam pensar que é
29 | preciso buscar melhorias nas práticas pedagógicas. Com a palavra o conselheiro
30 | Everton reforça o abordado pela professora Socorro e lembra que um grande
31 | problema está na questão da mentalidade das pessoas, que em relação a
32 | mudanças a serem propostas contemporâneas aos cursos de humanas, como



01 se fazer algo diferente das questões disciplinadas pela universidade quanto a
02 forma de se pagar seus funcionários, do registro do professor e controle de
03 regime de trabalho. Pensa que para as humanas apenas o levantamento das
04 disciplinas que mais reprovam não subsidiaria para resolução de alguns
05 problemas vivenciados. A presidente passa a palavra ao professor Peterson. O
06 professor se apresenta como coordenador do curso de agronomia e informa que
07 a causa da reprovação no curso em Cáceres se refere a falta de estrutura e
08 ausência de área experimental, que os laboratórios existentes são oriundos de
09 recursos de projetos de pesquisa de professores e nada com recursos da
10 universidade, bem como os materiais utilizados para as aulas práticas. A
11 questão de divisão de turmas sempre foi passado como algo que impacta na
12 folha de pagamento, e em relação aos professores contratados todos são
13 mestres ou doutores, assim esta questão de reprovação deve ser pensada como
14 um problema institucional e não ser atribuído apenas aos professores. A
15 presidente pede esclarecimento ao professor quando foi negado a divisão de
16 turma e o mesmo afirmou que quando a professora ainda era pró-reitora. A
17 mesma solicita que quer conhecer sobre esta negativa. Prossegue afirmando
18 que polêmicas não irá resolver os impasses e sim ações, e estas estão sendo
19 realizadas pela gestão. Sobre o tema todos falam mas a questão é o que fazer
20 para reduzir estes índices de reprovação e evasão? Que esta questão é
21 responsabilidade de todos nós e porque quando chega lá fora é cobrado o
22 grande número de reprovação quando o conselho vem para a aprovação do
23 curso. Uma coisa é se ter uma política de bolsas e não ser bem desenvolvida.
24 Que não se tem uma universidade perfeita e nem recursos suficientes para isso,
25 e ainda o curso de elétrica do IFMT tem laboratórios perfeitos e não se preenche
26 vagas e não se consegue formar mais que 03 alunos. Consulta quanto a matéria
27 se deixa na responsabilidade de cada curso e faculdade do câmpus estudar a
28 sua realidade, que é preciso pensar uma política institucional, evitando
29 problemas para a gestão. Pensa que seria melhor continuar com esta comissão
30 buscando assessoria externa para contribuir no estudo e proposta de soluções,
31 inclusive a ABRUEM ao estudar sobre evasão/reprovação chega às causas: pré-
32 requisito de alunos e prática docente. E assim ela está buscando saber como é



01 dar aulas para os alunos hoje, como querem a biblioteca virtual ou física? Que
02 os alunos precisam ser consultados e que os professores devem apresentar e
03 discutir com os alunos o planejamento da disciplina. E ainda afirma que não dá
04 para um único reitor responder com um único CNPJ ou seu CPF pela aplicação
05 do recurso destinado aos câmpus, sobretudo porque tem vezes que se devolve
06 dinheiro e deixa de se adquirir o necessário. Que se for informatizar toda a
07 universidade, incluindo a folha de pagamento poderá ser visto desperdício de
08 dinheiro com a oferta de disciplinas para poucos alunos. Que não termina esta
09 gestão sem informatizar folha de pagamento. Se tem muito o que pensar para
10 preencher vagas e para se manter o aluno até a sua saída. Que também não é
11 uma professora do século XXI que é preciso se pensar as práticas docentes, o
12 que se tem nesta mesa não é uma luz e sim vontade e responsabilidade de fazer
13 o que é preciso. Consulta: permanece a comissão para se pensar políticas a
14 serem utilizadas pela instituição? Ou deixa para ser pensado pelos NDEs? A
15 presidente abre para encaminhamentos e passa a palavra ao conselheiro
16 Everton. Este se manifesta que o NDE deve ser parceiro da comissão para
17 encaminhamentos, pois este conhece as particularidades de cada curso. Com a
18 palavra, o conselheiro Luiz Fernando propõe que os NDEs ficariam responsáveis
19 pelo levantamento nos cursos e câmpus e a comissão ficaria com a
20 sistematização e proposta de política para trazer a este conselho. A presidente
21 esclarece que ainda pode ser enviado pelo NDEs indicações de políticas para a
22 solução que deverão ser pensadas pela comissão. A conselheira Maria do
23 Socorro sugere que os dados enviados pelos NDEs sejam organizados e
24 discutidos em um fórum de graduação. A conselheira Helena Cabete manifesta
25 que pensou exatamente como a professora Socorro. A professora Socorro
26 lembra que o NDE deva convocar os alunos para a participação das discussões
27 e levantamento de dados. A professora Helena pensa que os dados levantados
28 pelas faculdades devam ser sistematizados pela comissão e retorna aos câmpus
29 em forma de minuta para discussão e que a PROEG tem sob sua
30 responsabilidade a coordenação da graduação. O que concorda a conselheira
31 Lóriége, a qual afirma ser um trabalho da pró-reitoria, que nem precisaria de
32 uma comissão composta no conselho. O professor Maluf manifesta que é



01 | preciso se criar espaços de discussões para chegar na pró-reitoria a ideia do
02 | que se pretende fazer para aprovação da resolução, que é preciso envolver
03 | todos neste projeto pedagógico. A conselheira Ana de Alto Araguaia reforça que
04 | é necessário o envolvimento dos alunos e sua participação; ainda se
05 | disponibiliza a contribuir com a comissão. O conselheiro Marion pensa que é
06 | hora de enfrentar esta tarefa num contexto diferente e dar um passo significativo
07 | na universidade, porém não se trata de matéria apenas do CONEPE, devendo
08 | ser também discutido no CONSUNI visto o impacto financeiro que envolve nesta
09 | universidade. Que é preciso deixar de segmentar as ações, é preciso uma ação
10 | conjunta, que é preciso que a comissão esteja investida nesta atribuição em
11 | conjunto com a PROEG. O conselheiro Ralf fala sobre os resultados da
12 | comissão que atua onde se apresenta dados, as discussões dos mesmos e
13 | esclarece que não se apresenta soluções para o problema mas apresenta
14 | encaminhamentos e sugere a realização de análise qualitativa junto aos cursos,
15 | NDEs, secretarias acadêmicas envolvendo estudantes e propondo instrumento
16 | de avaliação. A presidente afirma que a democracia é o exercício da tolerância e
17 | que é preciso de construir a política para a solução deste problema evitando se
18 | dizer lá fora que o problema é de A ou B. A professora Vera informa que a
19 | PROEG não tem condições de realizar um trabalho desta monta por falta de
20 | equipe, daí a necessidade fundamental da permanência desta comissão. Que
21 | as pessoas que estão neste conselho realmente trabalham mais que a carga
22 | horária, mas são com estas pessoas que se pode contar. Que a comissão criou
23 | a metodologia e esta deve ser utilizada, devendo ser aprimorada. Que a amostra
24 | do câmpus de Cáceres não representa a realidade de todos os câmpus, isto
25 | ficou comprovado com a experiência do PIIER. Que esta comissão deve
26 | continuar com a participação da PROEG. Que a ideia do Fórum é viável mas
27 | não vai resolver o problema, pois é preciso ter as discussões com quem
28 | conhece o problema e se o fórum for com pessoas desavisadas não irá a lugar
29 | algum. O professor Rodrigo manifesta que é preciso ter um levantamento
30 | robusto das informações, e que a comissão não dá conta de fazer este
31 | levantamento e que a metodologia deve garantir todo o envolvimento da
32 | instituição para se estudar as informações. Que é preciso definir uma



01 metodologia para ampliar os levantamentos dos dados apresentados pela
02 comissão para se chegar com base no fórum. O conselheiro José Wilson
03 manifesta que o NDE tem papel fundamental, mas é preciso se agregar a
04 PROEG e pelo menos os diretores de faculdades. Quanto a consultoria esta
05 deveria estar presente em todos os momentos e não apenas na análise dos
06 dados, pois para se fazer apenas o serviço pesado fica complicado, seria bom
07 se conhecer a metodologia e ficaria mais fácil. A professora Lóriége se preocupa
08 quando a professora Vera afirma que a PROEG não tem equipe, imagina a
09 comissão, que conseguia realizar este trabalho durante finais de semana,
10 feriados e férias pois dentro da carga horária dos envolvidos não caberia mais
11 esta atribuição. Que seja criada uma possibilidade de trabalho em conjunto, a
12 comissão e a participação dos cursos. A presidente lembra que não vamos
13 resolver todos os problemas e que as consultorias trariam ideias boas mas a
14 construção de políticas é nossa. Que não tem como compor comissão apenas
15 com pessoas de Cáceres e que não tem como convidar alguns profissionais
16 para compor a comissão sendo que não tem condições de manter estes
17 profissionais em Cáceres. Que no congresso muitas coisas serão dirimidas e
18 sugere que a comissão criada neste conselho juntamente com a PROEG
19 escreva um tutorial sobre o que vai ser feito com os dados levantados pela
20 comissão local, e daí a comissão criada no conselho sistematiza as informações
21 aglutinando as mesmas e então se realiza o fórum. É possível escrever esta
22 metodologia para que o aluno seja ouvido na base, e, o papel da comissão é
23 pegar as causas e as proposições para solução e daí no fórum. É preciso ser
24 pragmático. A conselheira Heloisa propõe que seja apresentado os resultados
25 do próximo item de pauta que parece poder aproveitar a mesma metodologia
26 para as duas situações. A presidente consulta a plenária quanto a propositura da
27 conselheira a qual fica deliberada pelo conselho. Encerra-se o período da manhã
28 às doze horas com retorno às quatorze horas. Contabilizado o quórum a
29 presidente passa a palavra ao relator do subitem **2.2 - Cursos de graduação**
30 **com baixa procura**. O relator conselheiro Ralf apresenta sobre os indicadores
31 definidos pela comissão, a metodologia de trabalho e o tratamento dos dados,
32 bem como a definição do que seria “baixa demanda”. Foram considerados dados



01 | de 2014 e 2015, por câmpus e por quantidade de vagas. Explica que foi
02 | realizada uma comparação com estudo da universidade de Goiás, com 03
03 | câmpus. Foi levantado quanto a faixa etária dos alunos da universidade e ainda
04 | em relação ao ensino médio. É preciso se realizar uma análise regional das
05 | informações levantadas, e ainda que foi feita uma recontagem de vagas ofertas.
06 | Sendo elaborado um relatório com alguns dados que abrangem CBC e ENADE
07 | dentre outros que subsidiaram o conselho para a compreensão do estudo
08 | realizado pela comissão. Esclarecendo que a ideia seria organizar as
09 | informações quanto ao que seria preciso questionar nos cursos/câmpus e
10 | entregar aos respectivos câmpus e estes teriam um determinado tempo para
11 | responder e encaminhará a comissão para realizar a sistematização dessas
12 | informações. A presidente parabeniza o trabalho da comissão, afirma que a
13 | partir dos dados se busca ajuda às ciências para solução dos problemas. Que
14 | este é um ano de congresso, de se pensar macro políticas, de redimensionar
15 | ações da universidade, expressando a vontade de um coletivo, que se tem um
16 | apanhado de informações para se pensar encaminhamentos e políticas. A
17 | presidente consulta se daria pela mesma comissão realizar as ações ou até em
18 | que momento poderia ser juntos os estudos? Com a palavra o professor
19 | Francisco Lledo, informa que no site da Unemat tem as aulas do professor
20 | Nelson que trabalha esta metodologia em nível nacional e achou interessante
21 | levar isto para os cursos. Que existe financiamentos de recursos para a
22 | realização desses tipos de estudos. Se coloca à disposição para auxiliar pois já
23 | existe alguns pontos levantados no planejamento estratégico. A conselheira
24 | Helena manifesta que tem dúvida quanto a informação em relação aos alunos
25 | que residem ou não na sede, pois acredita que não tenha 35% dos alunos de
26 | Nova Xavantina fora da sede, eles têm família fora da sede. Que é preciso olhar
27 | para os cursos que não estão tendo problemas, para confrontar as informações,
28 | pois um curso pode não estar tendo este problema mas apresenta outros. O
29 | relator esclarece que trabalharam com os dados disponíveis no sagu e que
30 | melhor seria fazer uma pesquisa diretamente com os alunos. A presidente
31 | esclarece que é preciso acrescentar outros indicadores para se chegar a outro
32 | lugar frente a realidade da universidade e dados que a sustentem. Que se



01 | preciso chegar no CONEPE com esses dados fidedignos e pensados dentro da
02 | realidade e não no achismo. A presidente informa que a conselheira Fernanda
03 | fez uma propositura e questiona se a comissão continua para não se perder o
04 | trabalho realizado. Que se for preciso aliviar a carga horária de trabalho dos
05 | profissionais para continuar este trabalho “vamos pensar”, que requer um
06 | repensar na atualidade para atender as profissões novas que estão surgindo,
07 | com tendências muito fortes de mudanças nos cursos. Esclarece a propositura
08 | da conselheira Fernanda. Proposta conselheira Fernanda: “Criar uma comissão
09 | temporária dentro do CONEPE, composta por um membro de cada Câmpus.
10 | Fariam junto com a PROEG um tutorial, acompanhariam os trabalhos dos
11 | NDE’s, uniriam as informações para posteriormente apresentar ao CONEPE
12 | e/ou um fórum. (Comissão Separada de baixa procura)”. A presidente propõe se
13 | a comissão continuar apenas a prorrogação dos trabalhos e passa a palavra a
14 | professora Vera que manifesta quanto a dificuldade de uma comissão atuar em
15 | trabalhos diferenciados, por que uma diz respeito as informações antes do
16 | acadêmico ingressar e a outra com os problemas que temos de lidar pois são
17 | relacionadas aos alunos, pensa que se deve manter as duas comissões. O
18 | professor Rogério manifesta que em relação a comissão pensa que deva
19 | permanecer a mesma que iniciou e que os NDEs podem contribuir respondendo
20 | muitas perguntas pois este conhece bem a realidade de cada curso. O
21 | conselheiro Luiz Fernando pede esclarecimento quanto a composição da
22 | comissão proposta pela professora se seria do CONEPE, sendo informado que
23 | sim. A presidente informa que a comissão dos estudos de “baixa demanda” tem
24 | interesse em continuar e que o conselho deve se manifestar quanto a isto.
25 | Consulta aos presentes da comissão se tem interesse em continuar, sendo que
26 | o professor Elias Morgan manifesta pela saída da comissão e ainda fica
27 | deliberado que a assessora da ASSOC consulte os demais membros não
28 | presentes que continuam na comissão: o docente Emivan, o técnico Steffano e o
29 | discente Alexandre. O professor Vandoir se candidata para substituição do
30 | Morgan. Em regime de votação: fica aprovada a composição da comissão com
31 | 39 votos favoráveis, tendo os seguintes membros: docente Vandoir, docente
32 | Ralf, docente Emivan, PTES Steffano e discente Alexandre. A presidente passa



01 a composição da comissão relacionada a reprovação e evasão, esclarecendo a
02 proposta da professora Fernanda. A conselheira Ana lembra que o conselheiro
03 Alexandre não estará mais no conselho por cumprimento do mandato. A
04 conselheira Fernanda esclarece sua proposta. A conselheira Heloisa manifesta
05 quanto as dificuldades para a reunião das comissões acha muito difícil constituir
06 uma comissão com um representante de cada câmpus, pensa que isto não vai
07 funcionar e que são muitos dados; diz ainda que é preciso ter o pé no chão e
08 fazer uma comissão viável. A conselheira Helena e Maria do Socorro sugerem
09 que a comissão trabalhe em conjunto com a coordenação pedagógica pois estes
10 já contam com muitas informações do curso. A conselheira Loriége sugere que a
11 comissão seja composta seguindo o regimento e que a metodologia seja escrita
12 juntamente com a PROEG. O conselheiro Luiz lembra que tem alguns cursos
13 sem assessor pedagógico, o que fica esclarecido pela presidente que na
14 ausência deste o diretor de faculdade ficará responsável. Em regime de votação:
15 Proposta 01 da professora Fernanda e proposta 02 da mesa. Proposta 01, 10
16 votos; Proposta 02, 25 votos. Ficando aprovada a proposta de comissão
17 temporária regimental. A presidente apresenta o nome do professor Lima para
18 continuar na comissão e solicita inscrições para os demais membros.
19 Composição da comissão: Professora Maria do Socorro, professor Samuel
20 Laudelino, professor José Leonildo, profissional técnico Ana e discente Júlio
21 César, sob a presidência da professora Maria do Socorro. A presidente retoma
22 as discussões quanto a comissão de baixa demanda, e questiona se permanece
23 o foco da baixa demanda ou se será aberta para todos os cursos. O conselheiro
24 Ralf manifesta que seria interessante para se obter o critério da baixa demanda,
25 que a comissão tivesse informações de todos os cursos e que e que cada
26 coordenação de curso fizesse o estudo. O professor Rogério reforça que seria
27 interessante fazer de todos os cursos até porque algum curso irá mudar de
28 status. O conselheiro Everton considera que a comissão fez um estudo de vários
29 anos, apontando uma baixa demanda recorrente. A conselheira Helena reforça
30 que sentiu falta de algumas informações quanto ao todo, pois será que existem
31 cursos que não tem baixa demanda, mas que tem nota baixa. Assim é preciso
32 saber o que pode ou não eliminar durante as discussões. Como proposta a



01 presidente propõe que o foco desta comissão seja apenas a baixa demanda. Em
02 regime de votação: fica aprovada a proposta com 39 votos. A presidente coloca
03 em regime de apresentação e discussão o subitem **2.3 Sistematização de**
04 **Assiduidade Docente**, esclarecendo que esta comissão era presidida pelo
05 conselheiro Ronaldo que teve problemas de saúde. A questão é como será
06 regulamentado o planejamento para a reposição das aulas, como será cuidado
07 isso, quando um professor sai para participar de um conselho por exemplo. Que
08 existe denúncia todos os dias e questionamentos sobre o que a universidade faz
09 quando o professor não comparece para ministrar aulas. O conselheiro Jesus
10 tece suas considerações: “Boa tarde a todos só esclarecer que em dezembro
11 logo após a constituição da comissão, nós iniciamos alguns debates, trocas de
12 informações via e-mails e programamos para janeiro e fevereiro o início das
13 atividades e infelizmente aconteceu essa situação com o professor Ronaldo e só
14 ressaltar também que o discente Alexandre teve seu mandato vencido e precisa
15 fazer essa substituição e possivelmente pedir a prorrogação dos trabalhos”. A
16 presidente informa que o professor Ronaldo continua hospitalizado, e, como
17 encaminhamento pergunta ao professor Jesus se ele pode permanecer na
18 comissão? E o mesmo responde que sim. A presidente questiona se que alguém
19 pode contribuir e o conselheiro Luiz Fernando manifesta colocando seu nome à
20 disposição afirmando que o câmpus de Alta Floresta adotou junto Nova Mutum o
21 ponto para docentes no período de aula e até o presente momento não tiveram
22 problemas, tá andando normal, mas acredita que algumas coisas devem ser
23 regulamentadas porque quando não tem aula fica complicado para os alunos. A
24 presidente orienta que o conselheiro faça parte da comissão, e solicita a
25 inscrição de um acadêmico. A conselheira Keyla questiona como ficará sua
26 situação uma vez que vai assumir a vaga no CONSUNI e gostaria de saber
27 como vai ser. A presidente afirma que o mandato é de um ano podendo ser
28 prorrogado, e que pode ser um aluno da comunidade, não precisa ser só do
29 CONEPE, e solicita aos acadêmicos do curso de agronomia presentes se tem
30 interesse em participar da comissão. A acadêmica Tamires Garcia de Oliveira se
31 coloca à disposição. Fica assim composta a comissão: substituição do
32 acadêmico Alexandre Amaral pela acadêmica Tamires Garcia Oliveira,



01 substituição do docente Ronaldo pelo docente Luiz e demais membros que já a
02 compõe. A presidente coloca em apreciação o subitem **2.4 - Revisão da**
03 **Resolução nº 054/2011 quanto ao preenchimento de vagas remanescentes,**
04 e passa a palavra ao relator conselheiro Isaías, o qual apresenta a comissão e
05 esclarece a metodologia de trabalho utilizada. Esclarece que no caso dos cursos
06 da saúde em especial o de medicina houve um número elevado de inscritos para
07 concorrer a uma vaga, o que fica muito difícil pois são apenas três professores
08 para corrigir estas provas. Pensando assim a comissão fez a proposta de
09 alteração de dois dispositivos. No artigo 56, acréscimo: §1º O processo de vagas
10 remanescentes para os cursos de graduação para a área da saúde será regido
11 por edital próprio atendendo a estrutura curricular do curso mediante a
12 solicitação do respectivo colegiado. §2º As vagas remanescentes dos cursos da
13 área da saúde que tenham como diretriz curricular a utilização de metodologias
14 ativas de ensino-aprendizagem serão preenchidas de acordo com o ciclo/a fase
15 a quem pertencerem. A presidente esclarece que vagas remanescentes podem
16 servir de atualização profissional para quem já estudou e, passa a palavra ao
17 professor José Ricardo para proceder seus esclarecimentos. O professor explica
18 o que são vagas ociosas, àquelas não preenchidas nas convocações pelo
19 ingresso via SISU ou vestibular. As vagas remanescentes são aquelas
20 disponíveis após as convocações e ainda as liberadas ao longo do curso. As
21 vagas remanescentes são um grande desafio, e, hoje a organização para
22 preenchimento dessas vagas perpassa por quatro tipos de editais: interno e
23 externo. Assegura que os desafios começaram a surgir com os cursos com
24 metodologias diferenciadas como é o caso da medicina, e futuramente os cursos
25 de enfermagem. São estas peculiaridades que exigem alterações na
26 normatização acadêmica. Ainda que de imediato seja pontual, irá atingir esta
27 peculiaridade. Esclarece que esta proposta visa preencher as vagas
28 remanescentes. O professor Anderson lembra que a pouco tempo não havia
29 este edital, o processo era formalizado na secretaria acadêmica e
30 posteriormente encaminhado ao departamento para deferimento, assim, os
31 editais de vagas remanescentes representam um grande avanço. Porém um
32 único edital para todos os cursos e câmpus é uma grande vantagem, sendo



01 assim me coloco contrário à proposta pois ela não consegue atender toda a
02 demanda, por exemplo, o direito com grande concorrência, bem como
03 engenharia, agronomia. Diz que a proposta não atendeu o principal ponto que
04 são as vagas remanescentes, pois a seleção é por número de vagas ociosas
05 não sendo levado em conta onde, em que semestre, está disponível esta vaga.
06 Por exemplo pode ser no nono semestre e a pessoa ingressar no primeiro. Ou
07 seja é a forma de se contar as vagas remanescentes e selecionar aluno onde
08 está a vaga disponível. Esclarece que os editais foram separados em interno e
09 externo e foi questionado pelo Ministério Público, foi apresentado em único edital
10 e também questionado, isto porque o ministério público não consegue entender
11 estes critérios de prioridades apresentados. O conselheiro Joniel propõe que as
12 inscrições sejam on line, dado o volume de inscritos sobretudo para o curso de
13 medicina. A professora Vera Maquêa esclarece que precisa do apoio do
14 conselho para avançar nesta questão, no caso com estas metodologias ativas
15 eles funcionam por ciclos de dois em dois anos, no primeiro ciclo não se tem
16 vagas. Existe vaga a partir do segundo ciclo, então o que está acontecendo é
17 um terceiro vestibular com o grande número de inscritos, e isto não está
18 regulamentado em lugar algum. Concorde que nos outros cursos também existe
19 uma grande demanda, mas o que se pensa aqui é fazer um edital específico
20 para preenchimento das vagas. Que é preciso regulamentar sobre a matéria
21 neste conselho. A conselheira Fernanda questiona se o termo “seria” “poderá”
22 ou “será”, pensa que poderia ficar aberto para todos os cursos e não ficar restrito
23 apenas ao colegiado do curso. O professor José Ricardo afirma que já houve
24 caso em que o próprio professor que aplicou a prova disse que ninguém iria
25 passar, mas isto é do curso, é preciso se pensar o curso e como ele está agindo.
26 Porque as vagas existem e precisam ser preenchidas. A professora Fernanda
27 questiona que colegiado? Seria realmente o colegiado de curso, pensa que
28 ainda não resolverá o problema apenas com estes acréscimos. A conselheira
29 Heloisa também questiona que ainda está aberto gerando dúvidas pois será
30 regido por edital? “Parece que não temos as normas e o edital que vai dizer”. O
31 professor Anderson retoma a palavra e diz ainda “é preciso se repensar dois
32 pontos: levantamento de vagas a partir dos créditos, e outro a questão dos



01 critérios de prioridades”. A presidente sugere ao pró-reitor que converse com os
02 acadêmicos para saber o que eles pensam, e, no caso onde se tem dezenove
03 vagas e passam apenas quatro. Seria preciso questionar para onde vai o
04 dinheiro público? Que processo é esse que está regendo a avaliação? Que a
05 questão das prioridades é muito difícil, pois uma pessoa tira nota alta e está na
06 última prioridade. O conselheiro José Wilson sugere que seja retirado cursos “da
07 área da saúde” ficando apenas “cursos que utilizam a metodologia ativa”. Outros
08 pontos levantados aqui vão além de legislação, é questão ética. O professor
09 José Ricardo esclarece que os editais nascem respeitando o previsto na
10 normatização, e está sendo colocado estes parágrafos para abranger casos
11 específicos da medicina, pois não se tem um filtro maior para colocar o
12 interessado na vaga onde está. E no curso de medicina não dá para se pensar
13 de pronto a questão dos créditos, então a proposta feita é no sentido de se
14 pensar para essa outra especificidade de curso com metodologia ativa. Em
15 relação a colocação do professor Anderson manifesta que seria possível se
16 retirar a questão de edital próprio, fazendo um único edital mas colocando esta
17 especificidade, este critério para o curso de medicina. No edital não se pode
18 inovar no ordenamento jurídico, por isso que é preciso nesta sessão tentar incluir
19 premissas e diretrizes na normatização acadêmica, pois esta quem irá autorizar
20 colocar tais critérios no edital. A técnica Valci manifesta que se trata de um
21 assunto complicado e é preciso de normatizar para evitar maiores complicações.
22 E que em relação ao inciso I este deve ser retirado pois já é obrigatório por força
23 de lei. Caso seja mantida a redação proposta que seja remetido a resolução
24 anterior aprovada que trata das áreas para se saber quais são estas áreas da
25 saúde apresentadas aqui nesta minuta de resolução. Que apenas com edital
26 próprio não sabe se vai suprir as dificuldades enfrentadas. A professora Vera
27 Maquêa espera do conselho uma solução, no caso específico da medicina
28 espera que estas vagas sejam preenchidas, mas pensa que estas não serão se
29 continuar desta maneira. Seria possível se chegar num único edital mas
30 garantindo em algum critério que as vagas sejam preenchidas onde elas
31 realmente estão. A conselheira Helena considera que seria interessante
32 acrescentar algum tipo de pontuação para os concorrentes remanescentes de



01 | escola pública, aí sim haveria uma certa inclusão, evitando que um aluno da
02 | Unemat tenha mais direito que um que ingressou na particular. O conselheiro
03 | Everton manifesta que este assunto tem a ver com curso com baixa procura, e é
04 | preciso definir se vai ser discutido esta questão apenas para os cursos da saúde
05 | ou para os outros, e assim propõe que seja apenas para estes cursos
06 | específicos pois para os outros se tem um monte de ideias. O conselheiro
07 | Ocimar sugere que seja colocado critérios por disciplinas, que só poderá
08 | concorrer as vagas tendo cursado “tais” disciplinas, porque da forma como está
09 | o interessado poderá realizar inscrição para depois verificar os critérios de
10 | prioridades e pode gerar problemas jurídicos, uma vez que já terá realizado a
11 | prova. Quanto a forma da prova diz até o quarto semestre, talvez aí está o
12 | problema, em geral o interessado não lê edital, não estuda os conteúdos e daí
13 | não consegue tirar nota cinco. O professor Roberto compartilhou sua experiência
14 | onde se tinha no curso de engenharia vinte e oito vagas e teve inscrito vinte e
15 | sete pessoas das mais diversas áreas de conhecimento, e que isto gera uma
16 | preocupação pois as áreas são bem diferentes e não podem ser vistos como
17 | uma única. A presidente aguarda as propostas a serem apreciadas pelo
18 | conselho concedendo a palavra a coordenadora do curso de medicina,
19 | professora Denise. A coordenadora do curso de medicina esclarece a
20 | organização do curso em ciclos e as dificuldades em relação do edital de vagas
21 | remanescentes, que em sua maioria ingressam no primeiro ciclo, e onde
22 | realmente se tem a vaga não é preenchida. Espera que houvesse na seleção o
23 | preenchimento da vaga onde realmente ela exista evitando algumas
24 | incoerências advindas dos critérios já colocados. O conselheiro Roberto Tikao a
25 | partir da afirmação da professora Denise entende que se há vagas apenas a
26 | partir do segundo ciclo então só há vagas para transferência, não precisa abrir
27 | para todos concorrerem apenas para alunos que cursam medicina em outras
28 | instituições. A coordenadora entende que vagas remanescentes são para todos,
29 | o que acontece é que a partir do quinto semestre as disciplinas são específicas
30 | da área e fica difícil introduzir um acadêmico sem a devida bagagem anterior. E
31 | ainda a metodologia é muito particular. O conselheiro Roberto Tikao questiona
32 | como acontece quando o interessado é aprovado para vaga remanescente mas



01 | quando se realiza aproveitamento de estudos pode ingressar apenas no primeiro
02 | ciclo e a vaga está no segundo ciclo? A coordenadora esclarece que
03 | anteriormente haviam vagas no primeiro ciclo e hoje não mais; que antes havia
04 | uma desistência muito grande em decorrência do curso estar se estruturando. O
05 | conselheiro Roberto Tikao questiona que a nomenclatura seria “transferência de
06 | curso da medicina para curso de medicina”. Em regime de votação: Proposta
07 | conselheiro Joniel e Valci: “Retirar o inciso I porque já existe legislação própria”.
08 | Fica aprovada a retirada com 35 votos favoráveis, Em regime de votação a
09 | exclusão do inciso oitavo e a inclusão do parágrafo segundo: fica aprovado as
10 | alterações com 38 votos favoráveis. Em regime de votação a alteração do
11 | parágrafo primeiro. Proposta conselheira Fernanda Josende: “As vagas
12 | remanescentes de que tratam os incisos II a VII deverão ser preenchidas de
13 | acordo com fase/ciclo em que estejam sendo ofertadas, observando os
14 | requisitos de seleção estabelecidos em edital”. A conselheira Ana pede questão
15 | de esclarecimento, solicitando que seja apresentada a redação anterior e a
16 | alteração proposta, e questiona a professora Denise se esta proposição
17 | contempla a necessidade do curso. A conselheira Heloisa questiona que fase e
18 | ciclo corresponde apenas para a saúde, sendo informada pela mesa que
19 | corresponde a todos os cursos, aos créditos. O conselheiro Vandoir pede
20 | esclarecimento que esta questão não vai prejudicar os cursos de baixa procura
21 | ou ainda com evasão. A coordenadora do curso responde que pelo parágrafo já
22 | irá destinar a vaga onde ela existe, já vai ajudar muito. A presidente esclarece
23 | que quando já houve todas as chamadas e não preenchidas as vagas é possível
24 | se abrir um edital de vagas remanescentes. O professor Roberto questiona
25 | como se determinar em que fase ou ciclo a vaga se localiza uma vez que no
26 | sistema de créditos é possível fazer disciplinas em qualquer fase. O conselheiro
27 | Reginaldo questiona como será possível levantar o número de vagas pela
28 | secretaria acadêmica uma vez que o aluno tem esta flexibilidade durante o
29 | curso. A técnica Valci esclarece que ao ingressar o aluno ainda está vinculado a
30 | um determinado período ainda que transite por diversas disciplinas. O
31 | conselheiro Reginaldo afirma que é preciso ter no mínimo uma maneira de
32 | afirmar em que fase o acadêmico está matriculado para ser seguida por todas as



01 secretarias. A conselheira Helena pensa que está se criando um problema, pois
02 o aluno nem sempre cumpriu todas as disciplinas, por exemplo pode ter
03 divergência de carga horária, e, o aluno irá ingressar em uma fase diferente da
04 sua, pois não estamos falando do aluno com a mesma grade de curso. Que é
05 preciso resolver o problema da medicina e não se mexer em nada mais sem
06 prévio estudo. O conselheiro Eder pensa que só vai ser possível preencher as
07 vagas não preenchidas no ingresso, pois as demais em semestre avançados do
08 curso, o acadêmico ficará perdido. A conselheira Clades afirma que hoje não se
09 tem como afirmar onde está localizada a vaga, visto o sistema de créditos, que
10 não se tem mais este controle. A conselheira Ana solicita que seja votada
11 apenas a questão da medicina e posteriormente se fazer um estudo em relação
12 as particularidades do registro e dos créditos e assim não vê um fechamento
13 para esta questão. A presidente esclarece que a questão seria simples se
14 preenchesse apenas as vagas remanescente do primeiro semestre, mas a
15 questão é, vai se deixar vagas ociosas ao longo do curso e ministrar aulas
16 apenas para poucos alunos? Então é preciso de encontrar um meio para
17 resolver esta situação, e o que está sendo feito aqui é para resolver, porém se o
18 conselho entender que não está maduro é possível deixar este item para outra
19 oportunidade, o conselho é soberano para isso. A conselheira Helena afirma que
20 se tem uma normatização vigente e que o caso urgente é o da medicina e os
21 outros pontos poderiam ser vistos posteriormente. A professora Vera solicita que
22 se tenha um avanço sobre isso, porque está muito difícil resolver esta questão, e
23 que na PROEG já foi feito todo o possível e precisa de uma decisão deste
24 conselho, ainda que se observe que futuramente não resolva a situação. A
25 técnica Valci esclarece que a partir do que for deliberado pelo conselho é
26 possível fazer um estudo sobre os critérios, o que não pode é continuar como
27 está. A presidente afirma que não haverá preenchimento de vagas até que este
28 conselho chegue a um modelo ideal. Se os conselheiros estão achando que não
29 está bom, fica a PROEG sem fazer edital de remanescente. O conselheiro Joniel
30 esclarece que tem um artigo na normatização que descreve que o aluno está
31 vinculado ao ano e semestre de ingresso, que existe um relatório no sistema
32 acadêmico de gestão universitária - sagu por turma/ingresso. O conselheiro



01 Samuel manifesta que a proposta da Fernanda está perfeita, e pensa que é
02 preciso se chegar em um acordo neste CONEPE e que não deixe parado. Que
03 se resolva apenas isso e depois se necessário que se faça novas alterações. A
04 professora Vera afirma que é possível utilizar a definição de turma isto é legal,
05 se descola a discussão do currículo para a discussão da turma. O professor
06 José Ricardo como encaminhamento sugere que seja acrescido como parágrafo
07 segundo, sendo alterado a numeração dos demais parágrafos o seguinte: “Para
08 determinação da fase/ciclo será verificada a vaga de acordo com o conceito de
09 turma conforme o estabelecido no artigo 41 da Resolução número 54”. Em
10 regime de votação a proposta da professora Fernanda com alterações sugeridas
11 pelo professor José Ricardo: 33 votos favoráveis, 00 voto contrário, 02
12 abstenções. Registra-se as justificativas de voto: conselheira Heloisa, “A
13 proposta não me convenceu de que vai dar certo e não tenho, no momento,
14 alternativa a apresentar”. Conselheiro Jesus: “Abstenho-me em razão da
15 disponibilização prévia da minuta aos conselheiros para fins de análise e
16 formação da convicção quanto à pertinência do pleito”. Em regime de discussão
17 a proposta do conselheiro Joniel: “Acrescentar o parágrafo terceiro dizendo que
18 as inscrições para concorrer às vagas remanescentes serão feitas via on-line”. O
19 professor José Ricardo manifesta que seria difícil se concretizar via sistema. A
20 professora Vera manifesta que se foi difícil atender a demanda sem estar *on line*
21 imagine sendo via sistema. A conselheira Ana sugere que seria ideal durante a
22 etapa que o diretor de câmpus disponibilizasse outros profissionais para
23 contribuir no processo na secretaria acadêmica. O conselheiro Vandoir afirma
24 que está discutindo uma questão de operacionalização e isto pode ser visto
25 posteriormente pois isto não vai ser incluso na resolução. A conselheira Ana
26 afirma que a secretaria acadêmica tem um grande volume de trabalho e isto fica
27 muito complicado. A presidente afirma que é preciso se pensar quanto a
28 infraestrutura para atender esta demanda. O conselheiro Eder lembra que o
29 vestibular é cobrado e aqui na vaga remanescente não se cobra. Em regime de
30 votação a proposta do conselheiro Joniel: inclusão do parágrafo quarto: fica
31 reprovado a inclusão com 08 votos favoráveis, 24 votos contrários, 02
32 abstenções. A presidente coloca em apreciação o subitem **2.5 Definição de**



01 **regras de acompanhamento e manutenção do Regime de Trabalho**
02 **Docente.** Esclarece qual foi o papel da mesa após o último CONEPE que
03 padronizou terminologias e também foi acrescido a questão do
04 acompanhamento durante a execução do plano de trabalho, e quando o docente
05 não procede a entrega do mesmo é constituída uma comissão na faculdade para
06 apurar o fato. A faculdade valida e acompanha o planejamento, não aprova.
07 Muitos são os casos de docentes que não comparecem na semana pedagógica,
08 e tem casos onde os docentes não alcançam os pontos mínimos exigidos pela
09 COPAD. A mesa apresenta como proposta: alteração do *caput*: “Regulamenta o
10 acompanhamento das atividades da carreira docente previstas nas Leis
11 Complementares 320/2008 e 534/2014”. Em regime de votação: fica aprovada a
12 alteração com 31 votos favoráveis, 01 voto contrário e 00 abstenção. Registra-se
13 o voto contrário do conselheiro Jesus. A presidente coloca em discussão o artigo
14 primeiro da minuta. O conselheiro Ocimar sugere alteração “as atividades dos
15 professores do ensino superior”. O conselheiro Jesus solicita se é possível
16 projetar o artigo sexto da Lei 320. A presidente solicita a projeção do artigo a
17 assessora do conselho e questiona ao conselheiro se implica nesta redação. O
18 mesmo responde que: “na Lei 320 coloca no seu artigo sexto apenas que o que
19 cabe ao nosso conselho aqui neste momento, é definir as atividades e não fala
20 de acompanhamento. Então é neste sentido se nós não estamos extrapolando a
21 nossa competência que a lei estabeleceu ao CONEPE. Entendo perfeitamente a
22 preocupação da gestão no sentido de amarrar esta questão do
23 acompanhamento das atividades, mas por outro lado a preocupação no sentido
24 do CONEPE, do conselho, de ir além do que foi pré-descrito na Lei”. O pró-reitor
25 Danzer manifesta que acrescentando acompanhamento não está extrapolando a
26 legislação. A presidente esclarece quanto a preocupação do controle, caso
27 ocorra um equívoco o conselho retoma. Em regime de votação a alteração
28 proposta no artigo primeiro: fica aprovada a alteração com 31 votos favoráveis,
29 02 votos contrários, 01 abstenção. A presidente coloca em apreciação o artigo
30 segundo. O conselheiro Fernando Selleri manifesta a preocupação em colocar o
31 regime de 40 horas sem a dedicação exclusiva e também a questão das
32 atividades de pesquisa, de ensino, desenho de pesquisa e ou extensão. A



01 presidente afirma que esta discussão ainda está por ser discutida pela
02 ADUNEMAT e reitoria, há um pedido de revisão ou ser apenas ensino e
03 pesquisa ou então ensino e extensão, e outra questão é quanto a carga horária.
04 A presidente propõe alterar a ordem dos parágrafos o terceiro passa a ser
05 primeiro, o primeiro passa a ser segundo, e, o segundo passa a ser terceiro. Em
06 regime de votação: fica aprovado a alteração com 34 votos favoráveis. A
07 presidente coloca em apreciação o artigo terceiro, onde apresenta a proposta de
08 alteração para: “Planejamento das atividades ...”. O conselheiro Elias Morgan
09 tece suas considerações quanto a questão do sistema que não foi
10 implementado. O conselheiro Fernando Selleri informa que está sendo tratado
11 de carga horária e a COPAD fará uma resolução por pontos, talvez seja preciso
12 adequar futuramente esta resolução por pontos. A presidente esclarece que
13 seria viável permanecer “a plataforma eletrônica” porque posteriormente pode se
14 alcançar a sistematização e ser realizada tudo no sistema. A exemplo da federal,
15 onde aquilo que já foi executado é pontuado e ao final do ano já se tem a média.
16 Em regime de votação: alteração da terminologia em toda resolução para
17 “planejamento das atividades”, fica aprovada com 33 votos favoráveis. A
18 presidente coloca em apreciação o artigo quarto. O conselheiro Luiz Fernando
19 sugere a retirada da palavra indissociáveis. O conselheiro Fernando Selleri
20 manifesta que a questão da indissociabilidade de refere a instituição e não ao
21 docente. O conselheiro José Wilson afirma que estas alterações implicam na
22 tabela final, lá está dissociável. O pró-reitor Danzer manifesta que na lei prevê a
23 indissociabilidade, assim a presidente afirma que não se pode alterar. A
24 conselheira Helena reafirma que a indissociabilidade é para a instituição e não
25 para o docente e isto precisa ser retirado. O conselheiro Jesus propõe a
26 exclusão do artigo quarto por entender ser redundante, que não estará ferindo
27 nada retirando todo o artigo e inciso. A conselheira Helena sugere a alteração
28 para “atividades do professor” retirando indissociabilidade. A presidente entende
29 que subtrair o parágrafo não terá problema algum. A conselheira Heloisa reforça
30 que anteriormente já se havia discutido que este artigo deveria constar, e se
31 retira parece que perde o sentido. O conselheiro Luiz Fernando afirma que
32 mantendo ou retirando o termo indissociável ou o próprio artigo será preciso



01 | rever o que está a frente porque lá está que é dissociável. Uma lei é sempre
02 | superior a uma resolução. O assessor jurídico afirma que o fato de retirar a
03 | palavra indissociável não altera, pois a própria lei fala que para o regime de
04 | dedicação exclusiva é preciso cumprir vinte horas em ensino e as outras vinte
05 | distribuídas em pesquisa e extensão, que a lei de carreira fecha no profissional.
06 | Em regime de votação a proposta do conselheiro Jesus: “Exclusão do texto do
07 | artigo quarto da minuta”. Fica reprovada a proposta com 03 votos favoráveis, 29
08 | votos contrários, 00 abstenção. Em regime de votação a proposta do conselheiro
09 | Luiz Fernando: “retirar a palavra “indissociáveis”: 07 votos favoráveis; favoráveis
10 | a manutenção do termo: 24 votos favoráveis, 00 abstenção. A presidente coloca
11 | em apreciação o artigo 5º. O conselheiro Ralf argumenta que a minuta foi
12 | discutida no câmpus e emenda que, se o docente deve desenvolver ensino,
13 | pesquisa e extensão, é incoerente na mesma resolução estipular o
14 | preenchimento da carga horária com somente uma delas. Prossegue com o
15 | questionamento em relação à dedicação exclusiva, e sugere: o docente em
16 | regime de dedicação exclusiva deve cumprir no mínimo 4h de atividade de
17 | pesquisa, 4h de atividade de extensão na dedicação exclusiva. A presidente
18 | esclarece que está sendo tratado do grupo de regime de 20h. O conselheiro
19 | declara estar ciente, no entanto, argumenta que não encontrou outro lugar para
20 | inserir esta informação e que seria preciso dizer alguma coisa sobre os demais
21 | regimes. A presidente complementa que seria possível dizer no artigo 5º quanto
22 | à execução das atividades para o regime de 20h. O que é contestado pelo
23 | conselheiro, alegando que o referido artigo está tratando do cumprimento de 20h
24 | semanais em qualquer regime: 20, 30 ou 40. Assim, sugere o acréscimo de um
25 | requisito para qualquer regime de trabalho e a inserção de outro artigo quanto à
26 | obrigatoriedade no regime de dedicação exclusiva, na sequência do ensino. A
27 | conselheira Helena intervém e, aludindo à fala do pró-reitor Danzer sobre a Lei
28 | 320, considera que a questão da indissociabilidade não diz respeito aos
29 | docentes, pois a lei trata de 20h ensino, e pontua que apenas na dedicação
30 | exclusiva a lei afirma que é preciso fazer pesquisa e extensão, assim sugere a
31 | exclusão da palavra “indissociável”. O pró-reitor Danzer detalha o termo
32 | “indissociabilidade” na Lei 320 tal como a execução das atividades em cada



01 regime, acrescentando ainda que apenas a dedicação exclusiva deve,
02 obrigatoriamente, ter sua totalidade distribuída entre ensino, pesquisa, extensão
03 e, eventualmente, gestão. E que se trata de questão de hermenêutica interpretar
04 a distribuição, se entre eles, entre todos ou entre alguns. Assim, manifesta que a
05 palavra “indissociabilidade” deveria permanecer por afetar apenas a carreira
06 docente e não o regime de trabalho. O conselheiro Wilson aponta que o terceiro
07 parágrafo do artigo 2º já faz referência às 20 horas em atividade de ensino, e
08 que os quadros dos anexos I e II foram construídos em relação à futura
09 mudança na Lei 534. O assessor jurídico esclarece que no *caput* se refere às
10 atividades indissociáveis, sem designar aos docentes exercer todas elas. O
11 conselheiro Luiz Fernando complementa que as colocações do conselheiro Ralf
12 se encaixam no artigo 6º, porque o artigo 5º contempla apenas as atividades de
13 ensino, e no artigo 6º é possível realizar um adendo mencionando o mínimo de
14 4h para cada atividade de pesquisa e de extensão. O conselheiro Fernando
15 Selleri acrescenta que no seu campus foi discutido este ponto e o mínimo ficou
16 definido uma hora em um ou outro, podendo o docente flexibilizar as 20 horas
17 entre pesquisa e extensão. A presidente ressalta que há docentes com perfil de
18 extensionistas e outros com perfil de pesquisadores. Pondera que desnecessário
19 acrescer isso na lei, pois considera que a questão da indissociabilidade está
20 clara na “cabeça” de todos. O conselheiro Ralf entende que este artigo feriria
21 outros artigos ao estabelecer a carga horária máxima, então sugere que se
22 estabeleça o mínimo de 4 horas de carga horária em pesquisa e extensão na
23 dedicação exclusiva, visando fortalecer a indissociabilidade. O conselheiro Elias
24 Morgan lembra que, para se cadastrar como pesquisador no CNPQ o mínimo
25 exigido são 10 horas. A conselheira Helena considera desnecessário
26 estabelecer esse limite. Argumenta que o docente deve fazer as duas atividades,
27 devendo ambas estar previstas no plano de trabalho executado pelo docente. O
28 professor Rodrigo manifesta que está previsto 20h em ensino e as outras 20h o
29 docente desenvolverá como ele entender e que o docente será avaliado na TIDE
30 posteriormente. Pondera que avaliação na COPAD observa o cumprimento de
31 pesquisa e de extensão. O conselheiro Vandoir afirma que dentro das atividades
32 de pesquisa ou de extensão existem atividades que não correspondem a



01 projetos e sim a ações. O conselheiro Samuel afirma que é preciso encontrar o
02 que é mais conveniente para o trabalho docente e, considera que se for definido
03 um mínimo para pesquisa e extensão, equivaleria “viver em caixinhas”. O
04 conselheiro Ralf propõe a inclusão de um parágrafo único no artigo 6º: “As
05 atividades referentes aos incisos II e III deverão contabilizar, no mínimo, quatro
06 horas de trabalho”. Em regime de votação dos artigos quinto e sexto originais:
07 ficam aprovados com 33 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. Em
08 regime de votação a inclusão do parágrafo único: fica reprovada a inclusão com
09 12 votos favoráveis, 20 votos contrários e 00 abstenção. A presidente encerra o
10 primeiro dia da sessão e informa que será continuada no dia seguinte, às oito
11 horas da manhã. Após a contabilização de *quorum* a presidente abre o segundo
12 dia de sessão. Solicita que as contribuições provindas dos câmpus à mesa
13 sejam sistematizadas, evitando a leitura de artigo por artigo. O conselheiro
14 Fernando Selleri apresenta destaque no artigo 7º, a mesa propõe a não
15 suspensão do pagamento e o conselheiro Ralf sugere que toda vez que fizer
16 menção a resolução número 014 seja mencionado “resolução específica”,
17 evitando alterações futuras. A presidente acata a sugestão do conselheiro Ralf,
18 ficando deliberada a alteração em toda a resolução. O conselheiro apresenta a
19 proposta de incluir no inciso I do artigo sétimo “orientações de pós-graduação no
20 lato sensu, e, curso de graduação, pós-graduação lato sensu não remunerada”.
21 A presidente esclarece que tem pós-graduação remunerada pela resolução da
22 FAESP, então se for remunerada um ponto nas outras atividades, e consulta os
23 conselheiros quanto ao entendimento sobre as considerações apresentadas. O
24 conselheiro Wilson reforça que a observação foi feita em relação ao quadro no
25 Anexo III, se for remunerada não conta ou não sendo remunerada contaria. O
26 vice reitor considera que seria um problema, porém a presidente esclarece que o
27 que está sendo proposto é que pode contar desde que não remunerada. O
28 conselheiro Fernando Selleri retira suas considerações por já estar contemplado,
29 porém sugere que seja incluído no parágrafo primeiro “aulas de extensão” ou
30 que seja retirado “dedicada ao exercício de aulas teóricas”. O professor
31 Alexandre afirma que é preciso incluir créditos de extensão. Proposta do
32 conselheiro Fernando Selleri: incluir aulas de extensão. Em regime de votação a



01 proposta do conselheiro Ralf: “substituir, ao longo do texto, a menção à
02 Resolução 014/2012 – CONSUNI por “em resolução específica”. Fica aprovada
03 a alteração com 38 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. Em
04 regime de votação a inclusão no parágrafo primeiro do termo “aulas de
05 extensão: fica aprovada a inclusão com 35 votos favoráveis, 01 voto contrário e
06 00 abstenção. A presidente questiona se há algum destaque no artigo 8º e o
07 conselheiro Fernando acrescenta: incluir participação em processos seletivos, no
08 artigo e no anexo. O professor Ariel manifesta que isto fora discutido
09 anteriormente e ficando dentro das 8 horas atividades. A outra sugestão do
10 conselheiro Fernando refere-se quanto à coordenação de atividades
11 complementares como inciso, como ensino ou como outras atividades. A
12 presidente manifesta que seria em outras atividades, cabe no inciso, embaixo na
13 unidade II. O professor Ariel questiona a quem compete esta atribuição e o
14 conselheiro Fernando informa que compete ao professor do quadro docente.
15 Dessa forma, o professor Ariel solicita que a PROEG se manifeste. A professora
16 Rinalda esclarece que não existem mais atividades complementares e que fica a
17 cargo do coordenador de curso fazer juntamente com os secretários este
18 controle. O professor Ariel considera desnecessário o acréscimo. O conselheiro
19 Fernando questiona sobre a atividade de coordenação e as atividades
20 curriculares de extensão. A presidente demonstra preocupação em acrescentar
21 apenas o que esteja na estrutura e o professor Porto pondera que não está
22 previsto. A conselheira Helena considera que não estão previstas as atividades
23 de aulas práticas curriculares, coordenação de práticas curriculares, o professor
24 da disciplina que coordena a atividade. A presidente observa que a extensão
25 está contemplada na minuta. A professora Vera intervém: “ou a extensão é feita
26 por meio de um projeto que está institucionalizado na PROEG ou ela vai ser um
27 crédito”, que não se trata de aula e sim de crédito. O conselheiro Joniel pontua
28 que os incisos III e VII estão vagos e solicita maiores esclarecimentos, sendo
29 atendido pela presidente, que explica que já estão previstos na tabela. A
30 presidente consulta quanto ao artigo 8º proposto pelo conselheiro Fernando,
31 porém lembra que isto já consta nas oito horas atividades. O conselheiro Ocimar
32 lembra que no COPAD ela pontua. A presidente informa que são consideradas



01 | outras atividades, no Quadro II. O conselheiro Ralf esclarece que “em questão
02 | de ensino e coordenação do TCC isso aí enquanto atividade pela Resolução
03 | 030, ela é uma das atividades do professor da disciplina de TCC, então não
04 | existe mais função coordenação de TCC, até sair a resolução antiga, mas com a
05 | nova resolução não tem não”. A professora Rinalda esclarece que não existe
06 | coordenação de TCC. O conselheiro Isaias lembra que o professor de TCC além
07 | de preparar a aula, ainda emite certificado e outras atividades. O conselheiro
08 | interfere que está sendo rediscutida a resolução, que é preciso votar as
09 | alterações. A presidente lembra que seria ideal fazer as poucas alterações na
10 | resolução e colocar em prática para constatar como funcionará e, posteriormente
11 | verificar o que seria necessário para melhorar. O conselheiro Luiz Fernando
12 | lembra que é preciso colocar na mesa o que cada campus quer alterar. A
13 | conselheira Heloisa sugere que seja colocada em outra unidade. A presidente
14 | sugere que seja acrescido na unidade V de gestão. A presidente apresenta o
15 | destaque na alteração do verbo no artigo novo: alterar aprovar para validar. Em
16 | regime de votação a alteração “aprovar para validar”: fica aprovada a inclusão
17 | com 36 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. O conselheiro
18 | Fernando apresenta inclusão no artigo décimo, inciso 6º “inclusão de iniciação
19 | científica”. Em regime de votação, fica aprovada a inclusão com 39 votos
20 | favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A presidente coloca em regime de
21 | votação a proposta do conselheiro Ralf: “Retirar o inciso V, do artigo oitavo”,
22 | porém fica esclarecido que esta questão já foi discutida e irá permanecer
23 | inalterada. O conselheiro Fernando apresenta a proposta de alteração no artigo
24 | 12º, item dezessete: colocar entre parênteses, após educação continuada (curso
25 | de curta ou longa duração) e ainda no artigo treze o significado da sigla EIA. A
26 | conselheira Heloisa afirma que educação continuada não se refere apenas a
27 | curso. O conselheiro Elei sugere melhoria na redação no inciso quarto. O
28 | conselheiro Samuel sugere a inclusão no artigo doze a coordenação de
29 | extensão ao extensionista. Em regime de votação a inclusão do inciso II:
30 | aprovada com 29 votos favoráveis, 03 votos contrários e 00 abstenção. A
31 | presidente consulta os conselheiros se mantém a formação continuada. Acorda-
32 | se que não sofrerá alterações. O conselheiro Fernando questiona quanto à



01 | coordenação de *lato sensu*, e a presidente questiona ao professor Rodrigo se
02 | tem a função para pontuar, e este responde estar na tabela. A presidente
03 | acredita ser necessário acrescer no artigo 14º “*lato sensu*”. Em regime de
04 | votação: aprovado com 29 votos favoráveis, 03 votos contrários e 01 abstenção.
05 | A presidente destaca a correção dos artigos 16º e 17º e seus parágrafos.
06 | Proposta: “o registro deste plano deverá ser realizado anualmente no mês de
07 | julho de cada ano, os docentes terão acesso ao planejamento semestralmente
08 | para fins de atualização das atividades”, excluir o terceiro. No artigo 17º “cortar”
09 | até gestão, conforme organização administrativa e legislações vigentes,
10 | retirando o parágrafo primeiro e transformando o segundo em parágrafo único. O
11 | conselheiro Everton lembra que foi optado o termo “cadastro” e não “registro”. O
12 | conselheiro Eder sugere que os demais usuários poderão ter acesso ao sistema.
13 | O conselheiro Fernando questiona o porquê do mês de julho, que é esclarecido
14 | pela presidente: foi uma adequação de data. O professor Maluf considera que
15 | parar apenas na faculdade fica complicado, devendo ser estendido aos gestores
16 | de atividades de ensino, pesquisa e extensão; e propõe a adesão dos demais
17 | usuários: coordenadores de curso, diretores de faculdades e pró-reitoria. Em
18 | regime de votação a proposta de alterações nos artigos 16º e 17º: aprovado com
19 | 38 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A presidente sugere a
20 | retirada do artigo 25º, retirando o que está marcado em vermelho na minuta em
21 | apreciação e ainda propõe a discussão do prazo. O conselheiro Samuel pede
22 | esclarecimento, se seria processo administrativo disciplinar direto ou seria
23 | iniciado por procedimento investigativo anterior. O assessor jurídico explica que
24 | não se trata do último nível, podendo ser desde instrução sumária. O conselheiro
25 | Luiz Fernando questiona se será nas faculdades. A presidente esclarece que a
26 | discussão é quanto ao planejamento. O conselheiro Samuel solicita que fique
27 | claro quanto aos passos para se chegar ao processo administrativo disciplinar,
28 | que é a última ação e não a primeira. O pró-reitor Danzer esclarece que o PAD
29 | abrange desde instrução sumária, sindicância, porém sugere nova redação a fim
30 | de evitar que o termo processo administrativo disciplinar seja apenas para
31 | apurar responsabilidade e sugerir sanção disciplinar. O professor Maluf lembra
32 | que muitas vezes se misturam as funções administrativas com funções



01 pedagógicas, e neste caso é administrativo. Que é preciso parar no colegiado
02 regional o que foi apurado no processo. O pró-reitor Danzer informa que a
03 penalidade disciplinar administrativa cabe à comissão sugerir e ser acatada pela
04 reitoria, não cabe à diretoria. Podendo ser este processo acompanhado pelas
05 diretorias do campus. A presidente coloca em regime de votação a alteração do
06 *caput* do capítulo VI. Em regime de votação: aprovado com 37 votos favoráveis,
07 00 voto contrário e 00 abstenção. A presidente coloca em regime de votação a
08 proposta de alteração no artigo 27º: “regem resolução específica”. Em regime de
09 votação, fica aprovada a alteração com 38 votos favoráveis, 00 voto contrário e
10 00 abstenção. A presidente coloca em regime de apreciação o artigo 29º. Após
11 discussões, passa-se ao regime de votação: aprovada a “manutenção” com 21
12 votos favoráveis, 16 votos contrários e 00 abstenção. A conselheira Heloisa
13 considera que nada foi feito em relação ao não cumprimento do planejamento.
14 Porém, a presidente informa que esta discussão concerne à COPAD, e conduz à
15 apreciação das tabelas. Lembra que foi discutido quanto à carga horária máxima
16 e a mínima. O conselheiro Wilson afirma que alguns possuem carga horária
17 porque serão utilizadas na COPAD, e a presidente informa que não há carga
18 horária para as descritivas, e apenas o 2.7, 2.8 e 2.9, tendo as demais carga
19 horária. O conselheiro Luiz Fernando manifesta quanto ao ponto 3.6 acrescentar
20 “iniciação de científica”; no 2.7 incluir a palavra “gerais”, no 5.21 melhorar a
21 redação “curadorias e coordenação de museus”, 5.23 alterações de redação:
22 “coordenação e curadoria de coleções auxiliares”. O conselheiro Luiz
23 Chieregatto propõe: redação para o item 2.3 do Anexo I: disciplina ou aula
24 adicional na graduação ou na pós-graduação ou disciplina de verão.
25 Observação: 2 horas por crédito, por disciplina ou aula adicional, compartilhada
26 ou não. O conselheiro Elias Morgan tece considerações quanto ao item 3.4
27 alterar de uma para duas horas. O conselheiro Fernando Selleri 5.7 inclusão de
28 participação em banca de processo seletivo com uma hora semanal. O
29 conselheiro Elei manifesta quanto à coerência da carga horária, considerando
30 que haverá uma demanda grande, e no item 4.4 e 5.31 limitar apenas em duas
31 horas fica complicado. O conselheiro Samuel lembra quanto à orientação de
32 empresa júnior, em 10h por semana. No item 5.31 não trata sobre supervisão,



01 colocar então coordenação/supervisão, e aqui poderia ser 10h. A presidente
02 propõe que no 4.4 seja 5h. Em regime de votação da tabela anexa e respectivas
03 alterações: aprovadas com 33 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00
04 abstenção. A presidente agradece a visita dos representantes do governo
05 municipal de Cláudia, vice-prefeito, secretário de educação e outros. Convida os
06 professores Kapitango, Daise e Elizangela que estão cedidos para a SEDUC
07 para apresentar o que está sendo proposto na rede estadual. Apresentam suas
08 considerações, os projetos a serem implantados, enfatizando a parceria entre
09 UNEMAT e SEDUC. A presidente solicita ao professor Alexandre Porto e
10 Rodrigo Zanin se há algum subitem de pauta que possa ser retirado e submetido
11 a próxima sessão. O professor Alexandre apresenta os seguintes subitens a
12 serem retirados de pauta: 3.1 Normatização da Política de Criação e Gestão dos
13 Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3.4 Regulamentação da
14 criação das Empresas Juniores no âmbito da Universidade do Estado de Mato
15 Grosso; 3.5 Readequação da política de concessão de Bolsas de Extensão
16 Universitária. Em regime de votação: ficam aprovadas as retiradas dos subitens
17 de pauta com 35 votos favoráveis, 02 votos contrários e 00 abstenção. A
18 presidente passa a apreciação do item **3.2 Proposta de criação do Núcleo de**
19 **Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET**. O relator Roberto Tikao
20 relata a análise da câmara. Não havendo discussões, a presidente passa para a
21 votação. Em regime de votação: aprovado com 36 votos favoráveis, 00 voto
22 contrário e 00 abstenção. A presidente passa ao subitem **3.3 Criação e**
23 **institucionalização do NUDHEO de Tangará da Serra**. O relator Roberto Tikao
24 prestou esclarecimentos aos senhores conselheiros quanto à matéria e parecer
25 da câmara. A presidente coloca em regime de votação: aprovado com 37 votos
26 favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A presidente coloca em apreciação
27 o subitem 3.6 Proposta de Criação da Bolsa Pesquisador e Bolsa Extensionista
28 de Nível Superior; passando a palavra ao relator Luiz Fernando, que tece
29 esclarecimentos e apresenta o parecer da câmara aos conselheiros. O relator
30 Fernando Selleri apresenta quanto ao parecer da câmara e a proposta de
31 retirada. A conselheira Lóriége afirma que existe a possibilidade de bolsas em
32 projetos externos. O professor Alexandre Porto esclarece que não se trata de



01 órgão de fomento nesse caso, sendo complementado pelo vice-reitor nos
02 esclarecimentos. A conselheira Helena manifesta que não se opõe, mas existem
03 alguns problemas, em relação ao ônus para a universidade. O professor Rodrigo
04 Zanin faz esclarecimentos a partir das colocações da conselheira Helena. A
05 professora Lisanil esclarece que em relação ao bolsista, é necessária uma carta
06 com a carga horária e as atividades que irá cumprir e complementa ainda que
07 não consta no GPO espaço para inclusão dos bolsistas, então questiona qual
08 seria o vínculo deles com a universidade; que é preciso incluí-los, pois eles
09 “carregam” o nome da instituição. A presidente apresenta a proposta do
10 conselheiro Luiz Fernando para votação. Proposta 1, da câmara que restringe a
11 concessão, com 00 votos favoráveis. Proposta 2, diminuição das restrições:
12 aprovada com 35 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. Proposta 1
13 da câmara de pesquisa: ajustar redação “criar a bolsa ...”, sendo retirada pelo
14 relator. Proposta da conselheira Helena “sem ônus para a Unemat”. Em regime
15 de votação: aprovada com 37 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00
16 abstenção. Proposta do conselheiro Fernando Selleri – bolsa nível superior – Art.
17 2º incluir ao final, regulamentadas pelas instituições cooperadas. Em regime de
18 votação: aprovado com 36 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção.
19 Proposta do conselheiro Everton Almeida, artigo 4º, parágrafo I: inserir fonte de
20 recursos na lista dos itens constantes no edital de seleção. Em regime de
21 votação: aprovado com 37 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A
22 presidente passa a apreciação do subitem **3.7 Regulamentação das**
23 **Atividades Curriculares de Extensão nos Cursos de Graduação.** O relator
24 Luiz Fernando esclarece as dúvidas e sugere composição de comissão. A
25 presidente acata a composição da comissão, ficando assim composta, sob a
26 presidência do primeiro: Luiz Fernando, Samuel Laudelino, Ana Cássia
27 (docentes), Howenda (PTES) e o membro discente será indicado na próxima
28 sessão. Com os representantes da PROEG (Valci) e da PROEC (Marcelo) para
29 assessoria. A presidente passa a palavra ao professor Rodrigo para que
30 manifeste quanto aos subitens a serem retirados de pauta, e ele apresenta os
31 seguintes: 4.1 Normatização da Política de Criação e Gestão dos Centros e
32 Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão; 4.2 Normatização da Política de



01 Criação e Gestão de Programa de Coleções Científicas; 4.3 Proposta de Criação
02 da Bolsa Pesquisador e Bolsa Extensionista de Nível Superior; 4.4 Readequação
03 da Política de Qualificação dos PTES (Resolução nº 065/2011- CONEPE). Em
04 regime de votação a retirada dos subitens de pauta: aprovada a com 36 votos
05 favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A presidente coloca em apreciação
06 o subitem **4.5 Institucionalização de Curso de Pós-graduação Lato Sensu**
07 **em Docência na Educação Infantil – Juara**. O relator Fernando Selleri faz a
08 relatoria com as considerações da câmara e respectivo parecer. Em regime de
09 votação: aprovado com 38 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A
10 presidente consulta a professora Vera quanto aos possíveis subitens a serem
11 retirados de pauta, que sugere a retirada: 5.1 Normatização da Política de
12 Criação e Gestão dos Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão; 5.3
13 Alteração do PPC Ciência da Computação de Barra do Bugres; 5.4 PPC
14 Comunicação Social - Alto Araguaia; 5.5 Alteração do Quadro de Equivalências
15 entre disciplinas do curso de Letras - Alto Araguaia. O professor Maluf sugere
16 que algum conselheiro retire de pauta as discussões dos PPCs dos cursos,
17 devido à demanda de tempo. A presidente consulta os conselheiros se continua
18 a sessão ou se suspende para almoço. O conselheiro Wilson sugere que seja
19 suspensa a sessão. O professor Gildete pede a compreensão dos conselheiros
20 para a votação do subitem 5.8. O conselheiro Luiz Fernando pondera que está
21 se discutindo PPC e não recursos financeiros, e que se o curso for igual aos já
22 ofertados pela Unemat não vê problemas. A presidente reforça que está sendo
23 discutido o aspecto pedagógico. O professor Tales informa que estes PPC são
24 iguais os que já estão em funcionamento e ainda que estes cursos já estão
25 implementados. A presidente coloca em regime de votação a alteração da pauta,
26 com a exclusão dos subitens: aprovada a exclusão dos itens com 32 votos
27 favoráveis. Em regime de votação a exclusão dos itens 5.6 PPC - Curso de
28 Ciências Econômicas – Cláudia; 5.7 PPC - Curso de Agronomia – Colíder; 5.8
29 PPC - Curso de Agronomia – Juara: reprovada com apenas 05 votos favoráveis.
30 Consulta quanto à interrupção da sessão para o almoço e coloca em regime de
31 votação: reprovada com 18 votos favoráveis. Em regime de votação a
32 continuidade da pauta: aprovada com 19 votos favoráveis. A presidente passa a



01 fala ao professor Maluf , que sugere a mesa como proceder para a votação da
02 proposta 1 e proposta 2. O conselheiro Jesus manifesta preocupação quanto à
03 célere aprovação dos projetos, constituindo um mero d'espacho. A presidente
04 argumenta que não está submetendo a votação sem ampla discussão. A
05 presidente coloca em apreciação o item **5.2 Calendário Acadêmico de**
06 **Medicina para os semestres letivos 2016/1 e 2016/2**. A relatora Valci faz a
07 relatoria. O conselheiro Joniel sugere a inclusão do período de 18/07 a 31/07
08 para a solicitação para cursar disciplina em outros cursos. Em regime de
09 votação: aprovada a inclusão com 34 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00
10 abstenção. A presidente coloca em apreciação o subitem **5.6 PPC - Curso de**
11 **Ciências Econômicas de Cláudia - MT**. O relator Paulo Korbes tece seus
12 esclarecimentos e apresenta o parecer da câmara. O conselheiro Vandersézar
13 complementa. O conselheiro Joniel propõe da retirada do projeto e devolução
14 para origem para atendimento e correções na página 18. O professor Carlos
15 considera necessária a padronização dos valores, onde diferencia em
16 determinados momentos e se os valores destinados irão suprir todas as
17 necessidades do curso no período de implantação. O professor Rodrigo pondera
18 que existem condições de fazer uma planilha de custos, sem prejuízos. A
19 conselheira Heloisa retoma as discussões anteriores quanto à abertura de
20 cursos, e demonstra incômodo com essa situação, que é necessária uma
21 análise mais apurada do projeto, argumentando que abrir cursos dependendo de
22 recursos de outros órgãos a garantia da execução fica prejudicada. O vice-
23 prefeito de Cláudia relata a experiência de implantação de cursos da Unemat e
24 frisa que os alunos formados já estão no mercado de trabalho. O conselheiro
25 Jesus reitera que antes do projeto ser pedagógico ele é político, e o problema
26 que vê é em relação às estratégias empregadas. Aponta que alguns aspectos no
27 projeto que não estão claros, como o número de vagas e outras questões
28 técnicas que não aparecem no projeto. Um acadêmico de Agronomia presente
29 na sessão manifesta que os alunos não são contra a abertura de cursos, mas
30 que sejam tratados com responsabilidade e que não se atendam a interesses
31 políticos. O professor Marion destaca que os números da demanda são
32 provenientes do município, não se tratando de privilégio, sendo todos chamados



01 | ao diálogo. Decidir sobre a escolha da cidade de Cláudia foi um trabalho que
02 | durou de mais de seis meses, pondera. O professor Paulo esclarece que foram
03 | feitas audiências e reuniões com alunos do Ensino Médio para a escolha desse
04 | curso. A presidente afirma que é preciso realizar a política de expansão e coloca
05 | em votação a proposta do conselheiro Joniel: “devolver o projeto para a origem
06 | para consertar a distribuição dos créditos, das disciplinas eletivas, os grupos de
07 | eletivas obrigatórias”. O conselheiro Joniel presta esclarecimentos da proposta.
08 | O conselheiro Jesus propõe a devolução para adequação: “indicar claramente
09 | número de vagas, período de oferta e inclusão do estudo de demanda”. Em
10 | regime de votação. Proposta 1: texto original com a observância que são 50
11 | vagas e não 100. Proposta 2: devolução para a origem para as correções
12 | sugeridas pelos conselheiros Joniel e Jesus. Em regime de votação a Proposta
13 | 1, condicionadas às correções: aprovado o projeto com 32 votos favoráveis, 06
14 | votos contrários e 00 abstenções. A presidente coloca em apreciação o subitem
15 | **5.7 PPC - Curso de Agronomia - Colíder** sob a relatoria do professor
16 | Vandersézar, que procede aos devidos esclarecimentos e parecer da câmara -
17 | desfavorável à abertura do curso. A presidente esclarece a questão que vem
18 | vivenciando o campus de Colíder, que apresentou uma proposta de
19 | remanejamento dos cursos, porém o curso de Geografia está fazendo novo
20 | estudo para migração, e não o fechamento do curso. Manifesta preocupação
21 | com possíveis prejuízos para o mestrado em Geografia. Salaria que a proposta
22 | inicial era encerrar as atividades no campus de Colíder, mas que a reitoria,
23 | campus e sociedade convergiram para a abertura de uma turma única de
24 | Agronomia. O professor Tales complementa a fala da presidente e esclarece a
25 | situação vivenciada no campus, sobre o levantamento de demandas de abertura
26 | de cursos. O conselheiro Joniel demonstra preocupação em aprovar com
27 | ausência de informações, sobretudo o conteúdo da página trinta e seis. O
28 | professor Rodrigo atenta sobre a responsabilidade social, e questiona sobre o
29 | papel da universidade no interior do estado. O acadêmico e diretor do Centro
30 | Acadêmico do curso de Agronomia se manifesta quanto à qualidade do curso
31 | em Cáceres, e argumenta que é necessário um planejamento mais adequado e
32 | não abertura de curso para não fechar um campus. Que o futuro da qualidade



01 | passa por pesquisa e extensão e não abertura de curso. Outra acadêmica
02 | acrescenta que abrir cursos é fácil, porém o que se tem é apenas promessa e
03 | não se tem estrutura adequada, como vai ser a estrutura em Colíder. O
04 | acadêmico Yago manifesta que se deslocou de Colíder para fazer um curso em
05 | Cáceres, e pensa que é preciso “olhar para dentro para depois olhar para fora”.
06 | O professor Tales fala sobre a disponibilidade de livros e espaços de visitas
07 | técnicas, dentre outras ações necessárias para a garantia da formação dos
08 | alunos. A presidente esclarece quanto aos encaminhamentos que estão sendo
09 | tomados para aperfeiçoar o curso de Agronomia em Cáceres, e se coloca à
10 | disposição para contribuir em relação à infraestrutura para o curso. O
11 | conselheiro Luiz Fernando detalha sobre as disciplinas e seus respectivos
12 | créditos, e ainda sobre a escolha das disciplinas eletivas. O conselheiro Joniel
13 | argumenta que é necessária a distribuição dos créditos em cada disciplina. A
14 | conselheira Ana sugere que a pauta seja votada com o compromisso de
15 | adequação. O professor Marion relembra que o governo queria restringir a
16 | universidade somente com cursos de licenciatura e, como a expansão
17 | possibilitou que a maioria dos professores desta instituição sejam mestres e
18 | doutores. Que a universidade é desafiada a superar a falta de estrutura e ainda
19 | competir com as instituições particulares. A conselheira Helena manifesta
20 | preocupação com a postura de se tratar de um curso de ensino, sendo
21 | desconsiderada a pesquisa e a extensão. Relata que quando o professor
22 | Maldonado criou as Parceladas, os professores que ali atuavam eram de alto
23 | nível, e teme a criação do curso sem as mínimas condições. O conselheiro
24 | Jesus lembra que a câmara emitiu parecer desfavorável e que existem questões
25 | pedagógicas que não estão claras e que se precisa ter tranquilidade para decidi-
26 | las. O conselheiro Luiz Fernando se direciona aos alunos presentes do curso de
27 | Agronomia que, como conselheiro não poderá ser responsabilizado pelas
28 | questões pertinentes ao câmpus de Cáceres. Complementa que o curso precisa
29 | ter qualidade e disponibiliza os professores de Agronomia para contribuir com o
30 | curso de Cáceres. A professora Vera lembra quanto ao sucesso das
31 | modalidades diferenciadas para a formação de novos profissionais. Em regime
32 | de votação. Proposta 1 original: 26 votos favoráveis, 12 votos contrários e 01



01 abstenção. Registra-se abstenção de voto do conselheiro Carlinho: “não pude
02 formar opinião sobre o assunto, devido à situação atual dos cursos vigentes e o
03 atual cenário do campus de Colíder”. Registram-se os votos contrários dos
04 conselheiros José Wilson: “O parecer da câmara foi desfavorável e a proposta
05 não apresenta a garantia da qualidade do mesmo. Não ficou claro na proposta o
06 achatamento do curso para 4 anos e meio”; e o voto do conselheiro Jesus: “Voto
07 pela não aprovação do PPC, pois: 1. Há parecer contrário da câmara temática à
08 proposta apresentada; 2. Não há informação sobre os impactos pedagógicos da
09 redução do prazo de integralização; 3. Não há informações sobre disponibilidade
10 orçamentária”. Proposta 1, do conselheiro Joniel: “devolução do PPC à origem
11 para inserir os créditos nos grupos das eletivas obrigatórias (da página 37) de
12 acordo com o rol das eletivas”. Esta proposta fica prejudicada, não indo para a
13 votação em decorrência da aprovação da primeira. A presidente coloca em
14 apreciação o subitem **5.8 PPC do Curso de Agronomia - Juara**, sob a relatoria
15 do conselheiro Vandersézar, que esclarece a matéria e apresenta parecer da
16 câmara, sendo este favorável. O professor Gildete tece suas considerações
17 quanto à necessidade da propositura deste curso. A conselheira Helena
18 questiona a abertura de cursos sem a existência da extensão, com contratos de
19 interinos, e indaga sobre o respaldo do curso. O professor Evaldo esclarece
20 quanto ao projeto pedagógico e afirma que há reprovação, colegiado, NDE e que
21 professor interino não é de menor qualidade que efetivo. O conselheiro Joniel
22 sugere correções. O acadêmico João acusa os membros anteriores do conselho
23 como responsáveis pela problemática vivenciada atualmente pelo curso de
24 Agronomia, e afirma que é preciso de pensar bem antes de votar. A presidente
25 passa a palavra ao acadêmico Yago, que informa que acadêmicos de outras
26 universidades estão estudando sobre o bioma do pantanal enquanto que a
27 Unemat não tem condições para isso. Uma acadêmica de Agronomia manifesta
28 que é preciso garantir que não haverá prejuízo para o curso de Agronomia aqui
29 de Cáceres com a abertura do curso em Colíder e que é preciso priorizar a
30 qualidade e não a expansão. O acadêmico Walter demonstra indignação em
31 relação à política expansionista e afirma que preciso buscar qualidade de ensino
32 em todos os câmpus existentes. O professor Gildete intervém e diz que existem



01 professores de Agronomia acompanhando o processo e que não está sendo
02 elaborado sem prévio conhecimento, sobretudo em relação aos laboratórios. O
03 professor João aponta a ausência de capacidade para reflexão no ambiente e
04 que a Unemat se preocupa com o atendimento do público marginalizado e se
05 pergunta quanto à capacidade de realização, que os alunos tem razão em exigir
06 qualidade. O conselheiro Samuel se mostra preocupado com a sub-formação de
07 pessoas. O conselheiro Eloi pondera que muitos jovens de Juara não possuem
08 acesso à outras universidades e que é preciso garantir o acesso. Em regime de
09 votação: aprovado com 25 votos favoráveis, 11 votos contrários e 02
10 abstenções. Registra-se a abstenção do conselheiro Carlinho: “não pude formar
11 opinião sobre o assunto devido ao embate entre
12 professores/alunos/conselheiros”; e o voto do conselheiro Jesus: “Voto pela não
13 aprovação do PPC, pois: 1. Não há estudo de demanda, conforme parecer
14 002/2016-Reitoria (fls 79, 80); 2. O PPC não tramitou pelos colegiados, conforme
15 parecer 002/2016-Reitoria (fls 79, 80); 3. Não há informação do quadro docente
16 a atender o curso”. A presidente anuncia a criação de uma comissão para
17 elaborar proposta de normatização para a covalidação de diplomas de
18 graduação de instituições estrangeira pela Unemat. Ficando assim composta:
19 Isaias, José Wilson, Everton (docentes); Ana (PTES) e discente a ser escolhido
20 na próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou
21 encerrada a sessão e eu, Silvana Mara Lente, lavrei a presente Ata, a qual será
22 apresentada aos conselheiros para aprovação na sessão subsequente. Segue
23 assinada pela Presidente e pela Assessora dos Conselhos.